

Introdução ao Estudo do Direito I

1.º Ano, Turno da Noite / 25 de janeiro de 2024; 19h00

I

Imagine que o Governo faz aprovar um decreto-lei com as seguintes normas sobre o regime da atividade de comércio: «1.º – Cabe à Direção-Geral dos Espetáculos autorizar a instalação e modificação dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos. 2.º – A instalação de recintos de espetáculos e divertimentos públicos sem a necessária autorização faz incorrer o respeito titular no pagamento de uma coima, para além da pena acessória do encerramento do recinto. 3.º – Por recinto de espetáculos e divertimentos públicos deve entender-se a instalação física construída com carácter de permanência com o intuito de aí serem realizados espetáculos e divertimentos com acesso ao público em geral. 4.º – Em caso de dúvida, cabe ao presidente da câmara municipal onde se situe o estabelecimento comercial esclarecer o conceito de recinto de espetáculos e divertimentos, segundo os usos locais, através de regulamento».

- a) Imagine que Abel pretende aproveitar um armazém desocupado para aí instalar uma discoteca. Deve solicitar a autorização prevista na norma? (2 valores)

Interpretação declarativa da norma no caso em análise, sem prejuízo da alusão a conceitos indeterminados. Explicitação do conceito de interpretação declarativa.

- b) Imagine agora que o Governo altera o artigo 2.º do diploma acima transcrito determinando que a coima será reduzida a metade, não sendo aplicável a pena acessória, caso esteja em causa a instalação de um teatro. Bento pretende invocar essa norma para impedir o encerramento da sala de concertos de música que acabou de abrir ao público, sem autorização, considerando que está também em causa uma atividade cultural. Que lhe diria? (3 valores)

Impossibilidade de subsunção do caso na disposição em causa à luz do disposto no artigo 9.º, n.º 2, do Código Civil. Caracterização da norma como uma exceção em sentido material e sua abrangência pela proibição de analogia do artigo 11.º do Código Civil.

- c) Imagine que existe uma norma segundo a qual é proibido ao proprietário realizar obras de conservação dos recintos de espetáculos sem autorização da Direção-Geral de Espetáculos. Daniel fez obras que aumentam número de lugares de uma sala de teatro de que era proprietário. Deveria ter previamente obtido autorização para o efeito? (2 valores)

*Recurso ao argumento *a minori, ad maius* e sua explicitação no caso concreto.*

d) A norma do n.º 4 do decreto-lei é conforme à Constituição? (2 valores)

Inconstitucionalidade da norma à luz do disposto no artigo 112.º, n.º 5, da Constituição.

II

a) Distinga «interpretação declarativa restrita», «interpretação restritiva» e «redução teleológica» (3 valores).

Definição de cada um dos três conceitos segundo o disposto no livro seguido nas aulas teóricas (pp. 278, 280, 305-306). Distinção destes três conceitos segundo o critério do progressivo afastamento da letra da lei, até se chegar, neste último caso, à existência de uma lacuna oculta.

b) Distinga entre desuso e costume (2 valores).

Desuso como mera tolerância do não cumprimento da lei por parte dos agentes encarregados da sua aplicação; realidade meramente negativa por contraposição ao costume.

c) Comente a frase: o facto de se admitir que o costume, mesmo o costume *contra legem*, é fonte de direito não significa que os tribunais do Estado estejam obrigados a aplicá-lo (4 valores).

A circunstância de uma prática social encerrar uma dimensão normativa consuetudinária, não significa que os tribunais estejam vinculados a reconhecê-la, designadamente sempre que os valores e princípios constitucionais sejam postos em causa.

Redacção e sistematização: 2 v. / Duração: 90 minutos